SINDILEX

Fique por Dentro

28 de março de 2023 | nº 41

Fórum de entidades debate o confisco dos aposentados

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pauta de reivindicações CMSP e TCMSP 2023
- Campanha DESCONGELA JÁ!
- Ainda dá tempo: Ação Judicial para revisão do FGTS

No dia 15 de março o Sindilex protocolou os ofícios à Direção das duas Casas, Câmara e Tribunal de Contas, contendo a pauta de reivindicações da Data Base deste ano.

Os ofícios, Sindilex nº 019/2023, à Câmara Municipal, e o 023/2023 ao Tribunal de Contas já estão sendo analisados pelo comando dessas casas legislativas e o Sindilex já está realizando reuniões com as direções como pode ser visto a seguir.

Leia os principais pontos da Pauta aprovada:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES CMSP E TCMSP 2023

I. CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1. REAJUSTE SALARIAL

1.1. CMSP E TCMSP Atualização inflacionária salarial para servidores ativos, inativos e pensionistas, referente ao período de março de 2022 a fevereiro de 2023, pelo IPCA/IBGE que atinge um índice de 5,60%.

2. VALE REFEIÇÃO

2.1. CMSP Atualização do vale-refeição para o valor facial de R$ 70,00, com base no IPC-FIPE alimentação acumulado em 12 meses e nos preços praticados no entorno da CMSP.

2.2. TCMSP Equiparação do valor do vale-refeição com o valor concedido aos servidores da CMSP no valor de R$ 70,00.

3. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

3.1. CMSP E TCMSP Atualização do auxílio-alimentação para o valor de R$ 1.123,05, de acordo com IPC-FIPE alimentação acumulado em 12 meses (11,69%).

3.2. CMSP E TCMSP Estender o auxílio-alimentação aos servidores aposentados e pensionistas.

4. AUXÍLIO SAÚDE

4.1. CMSP E TCMSP Atualização do valor do auxílio-saúde com base na média aritmética dos reajustes anuais praticados nos planos coletivos por adesão pelas 5 (cinco) operadoras de planos de saúde e/ou odontológicos privados com o maior número de beneficiários no Brasil, devidamente registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

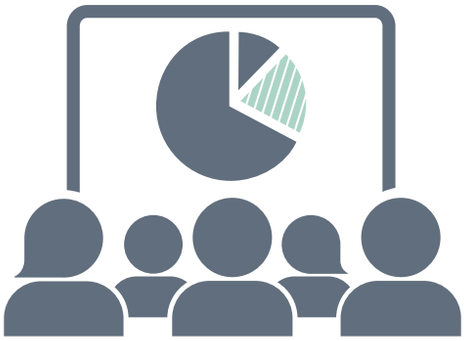
Nota: O Sindilex encaminhou pedido do índice à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Veja as pautas completas em:

Pauta - Data Base 2023_CMSP

Pauta - Data Base 2023_TCMSP

Data Base: Reuniões do Sindilex na Câmara e TCM



No TCM, o encontro foi com o chefe gabinete do Conselheiro Eduardo Tuma

No dia 20 de março de 2023, o Sindilex reuniu-se com o Chefe Gabinete Conselheiro Eduardo Tuma. Representando o Sindilex, estiveram o presidente Daniel Santos e o vice-presidente pelo TCM, Marcos Alcyr Brito de Oliveira. Durante a reunião, foram apresentados os itens da pauta da Data Base, o teto remuneratório e outros assuntos de interesse dos servidores.

Na Câmara Municipal, o encontro foi com o Secretário Geral Administrativo (SGA)

No dia 21 de março de 2023, o Sindilex reuniu-se com o Secretário Geral Administrativo (SGA) da Câmara Municipal de São Paulo. Representando o Sindilex estiveram o presidente Daniel Santos e o vice-presidente pela CMSP, Miguel Lima.

No encontro, foram discutidos os itens da pauta, como reajuste salarial e reajustes do Vale Refeição, Auxílio Alimentação e Auxílio Saúde. Foram temas da reunião, ainda, a realização do concurso público na CMSP, a aprovação de um PLO para voltar o desconto da contribuição previdenciária para remunerações acima do teto do INSS aos aposentados, bem como também itens da pauta relativos ao exercício de função, valorização da carreira do CLT e saúde do servidor.

Plantão Jurídico Sindilex

O Sindilex disponibilizou, juntamente com o escritório Innocenti, um plantão de “tira dúvidas” sobre o tema precatórios. O plantão foi realizado no dia 21/03, terça feira, às 11 horas, de forma híbrida (presencial e online), e contou com a participação de poucos aposentados.

Sob a coordenação do presidente do Sindilex, Daniel Santos, os advogados do escritório Innocenti esclareceram que a Prefeitura ofereceu um prazo, que se encerra em 28 de abril, para negociação dos precatórios. Até essa data, o beneficiário de precatório deve saber que pode negociar a antecipação pagamento de seu precatório, mas precisa ficar claro que a Prefeitura propõe um deságio que varia entre 20 a 35%, dependendo do tempo que falta para esse precatório configurar na lista dos pagamentos. Quanto mais próximo da data oficial do pagamento, menor será o deságio oferecido pela Prefeitura. Quanto mais longe do pagamento, maior será o deságio.

Para realizar essa negociação, o beneficiário do precatório deve procurar o escritório que iniciou a ação e solicitar que ele conduza tal negociação com a Prefeitura. Fique atento! O prazo termina em 28 de abril.

Localize o advogado de sua ação e tente se esclarecer sobre as condições propostas pela Prefeitura. Caso não consiga mais localizar o advogado ou o escritório que fez a ação, o servidor pode procurar o Sindilex para oferecermos um encaminhamento à demanda.

Os advogados advertiram também que entre a negociação com a Prefeitura e o efetivo pagamento podem transcorrer meses e até um ano. Caso queira receber antes disso, existem empresas financeiras (intermediários) que se oferecem para comprar seu precatório. Eles pagam de imediato à venda, porém com deságio maior. Se for esse teu caso, os advogados alertaram no plantão jurídico para os cuidados que o servidor deve ter com essas empresas financeiras. Por isso procure se informar no Sindilex antes de aceitar as propostas desses intermediários, pois você pode sair perdendo muito o valor de seu benefício.

SINDICALISMO PELO BRASIL

Conheça a Campanha #DESCONGELAJÁ!

A Conacate e suas filiadas estão apoiando a campanha que descongela a contagem de tempo de serviço para pagamento de quinquênio, triênio, biênio, anuênio, sexta parte e licença-prêmio.

CONACATE
Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado

Você já ouviu falar da Lei Complementar 173/20?

Esta Lei Complementar foi editada durante a pandemia e, dentre outras coisas, congelou a contagem do tempo de serviço com a finalidade de congelar o pagamento de quinquênios, triênios, biênios, anuênios, sexta-parte e direito à licença-prêmio.

Por isso, a Conacate, junto com as suas 36 filiadas estão apoiando a Campanha Descongela Já que tem o objetivo de conscientizar os parlamentares sobre a importância da tramitação e votação dos PL 21/23 e do PLP 004/20 para recompor nossa contagem de tempo para efeito de aposentadoria e para efeito de contar para os quinquênios, sexta-parte e afins. Conheça mais sobre a campanha e estas propostas em https://bit.ly/3TAnZGx

Faça parte desse movimento também! Compartilhe esse post com seus colegas e nas redes sociais.

Pública assina acordo histórico de reajuste para servidores federais

O presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze, assinou na manhã de 24/03, o acordo do reajuste de 9% que incidirá sobre a estrutura remuneratória permanente dos cargos efetivos dos servidores federais civis, reajustando também o valor do auxílio alimentação em 200 reais. O Auxílio Alimentação passará para o valor de 658 reais.

O ato histórico foi realizado no Ministério da Gestão e Planejamento e foi o primeiro passo dado a partir das reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente, presidida pelo Secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça.

Fórum de entidades debate o confisco dos aposentados

Em reunião realizada na tarde de quarta-feira (22/03), o Fórum de Entidades definiu estratégias de lutas para retirar o artigo da Emenda 41 (2ª. Reforma da Previdência do Município de São Paulo) que desconta a contribuição previdenciária dos aposentados a partir do teto do salário mínimo. O propósito é conquistar a elaboração de um único Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PLO) na Câmara que revogue esse confisco e o desconto passe a incidir apenas a partir do teto do INSS que é de R$ 7.507,49.

Daniel Santos, Marcos Alcyr e Miguel Lima

LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Plano Diretor começa a ser debatido na Câmara Municipal de São Paulo

Na segunda-feira (27/03), a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo começou a ser debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa (CCJ) e foi aprovada a legalidade do Projeto (PL 127/2023) por seis votos a um.

De autoria do Executivo, o PDE pretende rever o último Plano Diretor aprovado em 2014. Um Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade, através de instrumentos de planejamento urbano. Os próximos passos são o agendamento das audiências públicas que serão realizadas na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que já se prepara nesta mesma segunda-feira para marcar tais audiências públicas.

Leia mais em:

https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/revisao-do-plano-diretor-avanca-na-ccj-projeto-sera-debatido-em-audiencias-publicas/

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

IRB e Entidades representativas do Sistema Tribunais de Contas participam de audiência no STF

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, participou na tarde desta quinta-feira (23) de uma audiência com o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

O Encontro ocorreu na sede da Suprema Corte, em Brasília-DF e foi pautado por temas relacionados ao fortalecimento e a garantia jurídica da atuação dos Tribunais de Contas, bem como a modernização do Controle Externo brasileiro.

A Súmula Vinculante 347 e o julgamento das Contas dos chefes do Poder Executivo municipal permearam os debates durante o encontro.

Leia mais em:
https://irbcontas.org.br/irb-e-entidades-representativas-do-sistema-tribunais-de-contas-participam-de-audiencia-no-stf/

Ações Judiciais

Ainda dá tempo de entrar com ação do FGTS

FGTS
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

O Sindilex está promovendo ação judicial para revisão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através do escritório Adjafre & Pinheiro.

O público-alvo são todos os trabalhadores que tiveram depósitos no Fundo a partir de 1999, independentemente do vínculo empregatício atual;

Mesmo para os aposentados e para aqueles que já sacaram o FGTS, é cabível a ação, basta ter tido depósito no FGTS nesse período de 1999 em diante;

O custo para ingressar com a ação é de R$ 100,00 (cem reais) para sindicalizados e R$ 200,00 (duzentos reais) para não sindicalizados;

Os honorários advocatícios serão calculados em 20% (vinte por cento) do montante recebido quando do êxito na ação;

Nas ações cujo valor pleiteado não superar 60 (sessenta) salários mínimos, não haverá cobrança de sucumbência em caso de derrota;

Nas ações cujo valor pleiteado superar 60 (sessenta) salários mínimos, o escritório irá tratar pessoalmente com o interessado, no sentido de informar

se vale a pena reivindicar o valor total ou se, diante do risco da sucumbência, é mais vantajoso para o interessado requerer o ressarcimento limitado a esse teto.

Para comprovar o saldo do FGTS e verificar cada caso individualmente, o escritório necessita do extrato da conta do Fundo, que pode ser acessado pelo aplicativo do FGTS, disponível em:

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador

Após a entrega do extrato do FGTS, o interessado deverá solicitar ao Sindilex o contrato e a procuração, que, após de preenchidos e assinados pelo interessado, deverão ser entregues ao Sindilex pelo e-mail sindilex@sindilex.org.br juntamente com a cópia da Carteira de Trabalho, RG e o comprovante do depósito bancário do valor de R$ 100,00 (filiados) ou R$ 200,00 (não filiados) na conta bancária do escritório Adjafre & Pinheiro.

AÇÕES JUDICIAIS

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria. Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em:

https://www.sindilex.org.br/juridico/

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais